

Projeto de inspeção industrial higiênico-sanitária é aprovado na Câmara

>> Paulo César Desidério
Redação DS

A Câmara Municipal de Vereadores realizou nesta terça-feira, 31, a 3ª Sessão Ordinária de 2017. Na sessão, os parlamentares apreciaram três projetos que deliberaram demandas para os mais diversos setores. Todos foram aprovados pela casa.

O de maior destaque, o Projeto de Lei Nº 5/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a inspeção industrial e higiênico-sanitária dos produtos de origem animal no Município

de Tangará da Serra. Apreciado em discussão única, a aprovação foi concretizada. De acordo com o vereador Ronaldo Quintão (PP), a aprovação é positiva para o município.

“Essa aprovação dá condição para que o serviço de inspeção municipal seja implementado e possa fazer as inspeções necessárias nos mais diversos tipos de empreendimentos do setor das agroindústrias”, afirmou.

“Tem 68 pequenas agroindústrias em Tangará, fora a Marfrig e o JBS que são grandes empreendimentos, então, esse projeto

dá condição para que principalmente esses dois que geram tantos empregos continuem trabalhando e as pequenas agroindústrias do município também continuem trabalhando”, complementa.

O Projeto de Lei Complementar Nº 2/2017, de autoria do Executivo Municipal, também foi aprovado, alterando a tabela contida no Anexo I da Lei Complementar nº 173, de 18 de dezembro de 2015.

Os vereadores aprovaram ainda em primeira discussão o projeto de Lei Nº 2/2017, também de autoria do Executivo Municipal.



Além deste, projeto que libera verba para construção de sede do Serraprev foi aprovada

Este, delibera verba no valor de R\$ 624.065,23 para a construção de

uma sede própria para o Instituto Municipal de Previdência Social

dos Servidores de Tangará da Serra (Serraprev).

INSPEÇÃO SANITÁRIA

Em coletiva, Saturnino Masson rebate denúncia de fraude no frigorífico Marfrig

>> Rosi Oliveira
Redação DS

Na manhã de ontem, o deputado Saturnino Masson (PSDB), convocou a imprensa local para esclarecer a notícia veiculada na mídia durante a última semana, onde divulgou que o deputado havia sido condenado pela Justiça por fraudes em inspeção sanitária no frigorífico Marfrig Alimentos S/A, localizado no município de Tangará da Serra. De acordo com a denúncia, Saturnino, então prefeito de Tangará permitiu que a administração municipal firmasse acordo em que o frigorífico era o responsável para pagar os salários dos fiscais de inspeção sanitária.

A denúncia foi oferecida pelo Ministério Público e compreendeu o período de julho de 2006 a julho de 2012, sendo Saturnino Masson, prefeito no período de 01 de outubro de



A denúncia foi oferecida pelo Ministério Público

2011 a 31 de dezembro de 2012. “Eu fui prefeito nesse período bem conturbado e foi oferecida uma denúncia sobre o convênio entre a prefeitura, Ministério da Agricultura e Marfrig. Esse convênio existe desde 1999, se passarmos esse convênio que eu vou reservar aqui de falar o nome de todos os prefeitos que passaram,

que foram cinco ou seis, que passaram com esse convênio existente, até que tomei conhecimento”, declarou o parlamentar. “Se este convênio vinha lá de trás, por que me imputar toda a culpa, todo valor só para mim? Quando a promotora nos intimou para o fechamento desse convênio, ora gente, lógico que eu respeito

a determinação da justiça, mas se eu corto o convênio na hora, qual era o prejuízo para nossa cidade? Paralisaria ou fecharia o frigorífico por algum tempo e causaria uma conturbação social porque é de 1500 a 2000 pessoas paralisadas”, ressaltou Masson, garantindo que recorrerá da sentença, buscando reverter a decisão.

CONVÊNIO

“Não houve dolo nenhum para a prefeitura municipal”, garante deputado

>> Rosi Oliveira
Redação DS

Segundo Masson, o contrato não foi assinado com a intenção de levar vantagem, tanto que havia o aval do Ministério da Agricultura

Durante sua fala, o deputado deixou claro que de forma alguma os cofres públicos foram onerados. “Na verdade não teve prejuízo, não teve manobra de sete milhões. Esse foi o valor que foi pago durante o período de funcionamento do frigorífico para aqueles fiscais que trabalhavam lá. Não houve dolo nenhum para a prefeitura municipal, nenhum centavo de prejuízo para os cofres do município.

E no final quem está ficando no prejuízo sou eu que fiquei com o nome jogado no ar”, indignou-se Masson, assegurando que essa foi a forma encontrada por ele e pelos prefeitos que o antecederam para garantir empregos de cerca de 2000 pessoas. “Não tem esquema nenhum. Nem meu, nem dos prefeitos que passaram neste convênio, foi a forma que a prefeitura, o Marfrig e o Ministério da Agricultura encontraram para que o frigorífico trabalhasse e pudesse exportar a carne mato grossense, especialmente a carne tangaraense para outros países”, afirmou.

Segundo Masson, o contrato não foi assinado com a intenção de levar vantagem, tanto que havia o aval do Ministério da Agricultura.



Nessas férias seja Inviolável aonde você estiver!

TANGARÁ DA SERRA - MT
65 3311.3311
inviolavel.com

INVIO LÁVEL
MONITORAMENTO ELETRÔNICO